

continuação

Subsequente ao encerramento do exercício social, e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras os valores foram totalmente recebidos.

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	282.470	295.932
Materiais hospitalares de consumo e reposição	174.575	232.772
Materiais de Higiene e limpeza	23.344	21.722
Materiais de Expediente e Impressos	20.823	26.191
Gêneros Alimentícios	34.542	32.893
Outros	95.203	46.656
Total	630.957	656.166

8. Imobilizado e Intangível

a) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos Telefônicos	12.409	(1.661)	10.748
Equipamentos de Infraestrutura	84.466	(13.621)	70.845
Maquinas e Equipamentos de informática	313.337	(91.477)	221.860
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	68.905	(8.615)	60.290
Móveis e Utensílios de Escritório	220.869	(22.313)	198.556
Móveis e Utensílios Hospitalares	535.562	(53.556)	482.006
Total imobilizado	1.235.548	(191.243)	1.044.305
Direito de uso de software	793.885	(170.937)	622.948
Total intangível	793.885	(170.937)	622.948

b) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/15
Equipamentos Telefônicos	11.671	738	-	12.409
Equipamentos de Infraestrutura	80.394	4.072	-	84.466
Maquinas e Equipamentos de informática	288.652	24.685	-	313.337
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	55.672	13.233	-	68.905
Móveis e Utensílios de Escritório	113.166	107.702	-	220.869
Móveis e Utensílios Hospitalares	375.814	159.747	-	535.562
(-) Depreciação **	(45.435)	-	(145.807)	(191.242)
Total imobilizado	879.934	310.177	(145.807)	1.044.305
Direito de uso de software	768.917	24.968	-	793.885
(-) Amortização **	(13.920)	-	(157.017)	(170.937)
Total intangível	754.997	24.968	(157.017)	622.948
Total geral		335.145	(302.824)	

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Maquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.015	2.014
Materiais e Medicamentos	336.085	707.306
Serviços de terceiros pessoa jurídica	859.672	620.420
Imobilizado	1.044	3.628
Total	1.196.801	1.331.354

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	167.690	496.214
Total	167.690	496.214

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	51.482	525.325
FGTS	-	67.343
INSS	69.979	52.707
Provisão de férias e encargos	985.354	595.090
Outras	41.351	16.061
Total	1.148.166	1.256.526

12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.

Descrição	2.015	2.014
Subvenção para custeio	10.500.000	9.000.000
Subvenção para investimento	1.189.404	1.189.404
Total	11.689.404	10.189.404

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	360.431	-
Adições (Nota 16-despesa com pessoal)	349.268	362.623
Baixas por rescisões de contratos	(116.544)	(2.191)
Saldo final	593.155	360.431

7. Partes Relacionadas

Descrição	A receber/(a pagar) 2.015	2.014
Empréstimos entre unidades (a)	4.032.617	3.003.596
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(212.809)	(12.811)
Total	3.819.808	2.990.785

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

20. Despesas Gerais e Administrativas:

Descrição	2.015	2.014
Energia elétrica, gás e telefone	(643.094)	(349.133)
Depreciação e amortização	(302.810)	(59.354)
Manutenções	(93.308)	(80.994)
Locações de equipamentos e veículos	(88.385)	(53.709)
Prêmios de seguros	(121.787)	(53.333)
Condução e taxis	(55.593)	(29.461)
Viagens, ajuda de custo e reembolso de despesa	(285.982)	(160.725)
Outras	(134.942)	(143.087)
Total	(1.725.902)	(929.796)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.497.086	2.223.816
Receíveis		
Contas a receber	8.946.788	8.013.619
Partes relacionadas	3.819.808	2.990.785
Total	15.263.682	13.228.220
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.196.801	1.331.354
Honorários médicos	167.690	496.214
Total	1.364.491	1.827.568

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal:**

(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS este válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.014.416	630.002
Contribuição social sobre o superávit	226.667	173.389
Contribuição patronal ao INSS	2.699.389	1.446.621
Total	3.240.472	2.250.012

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente
Jocelmo Pablo Mews - Diretor Geral da Pró-Saúde
Saulo Mengarda - Diretor Geral do Hospital
Rafael Bonfada - Diretor Financeiro do Hospital
Márcia T. Corrêa Neri
Contadora local - CRC PA-011076-06
David Martins Ferreira
Contador geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA,** que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as**

demonstrações financeiras: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumpri-

mento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada